

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### Questão 1

O artigo 14 da Constituição Federal exprime que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

- I - plebiscito;
- II - referendo;
- III - iniciativa popular.

Indique a alternativa que define, na seqüência apresentada, os três institutos:

- a) 1) voto pelo qual, nos regimes democráticos, o povo se manifesta sobre a confiança ou desconfiança que lhe inspira a pessoa que detém o poder, ou a respeito de um ato dela emanado. É resolução submetida ao julgamento de um povo ou de uma classe, que a aprova ou rejeita, em votação geral, por meio de cédulas que exprimem simplesmente *sim* ou *não*; 2) instituto de Direito Público mediante o qual os cidadãos têm participação direta na iniciativa da elaboração de leis; 3) direito, que assiste aos cidadãos de certos países, de se pronunciarem diretamente, por meio do voto, sobre questões políticas, ou administrativas, impondo, sancionando, ou recusando leis ou projetos. É o mecanismo da democracia semi-direta pelo qual os cidadãos são convocados para se manifestar a respeito da conveniência, ou não, de medida já tomada pelos governantes;
- b) 1) voto pelo qual, nos regimes democráticos, o povo se manifesta sobre a confiança ou desconfiança que lhe inspira a pessoa que detém o poder, ou a respeito de um ato dela emanado. É resolução submetida ao julgamento de um povo ou de uma classe, que a aprova ou rejeita, em votação geral, por meio de cédulas que exprimem simplesmente *sim* ou *não*; 2) direito, que assiste aos cidadãos de certos países, de se pronunciarem diretamente, por meio do voto, sobre questões políticas, ou administrativas, impondo, sancionando, ou recusando leis ou projetos. É o mecanismo da democracia semi-direta pelo qual os cidadãos são convocados para se manifestar a respeito da conveniência, ou não, de medida já tomada pelos governantes; 3) instituto de Direito Público mediante o qual os cidadãos têm participação direta na iniciativa da elaboração de leis.
- c) 1) direito, que assiste aos cidadãos de certos países, de se pronunciarem diretamente, por meio do voto, sobre questões políticas, ou administrativas, impondo, sancionando, ou recusando leis ou projetos. É o mecanismo da democracia semi-direta pelo qual os cidadãos são convocados para se manifestar a respeito da conveniência, ou não, de medida já tomada pelos governantes; 2) voto pelo qual, nos regimes democráticos, o povo se manifesta sobre a confiança ou desconfiança que lhe inspira a pessoa que detém o poder, ou a respeito de um ato dela emanado. É resolução submetida ao julgamento de um povo ou de uma classe, que a aprova ou rejeita, em votação geral, por meio de cédulas que exprimem simplesmente *sim* ou *não*; 3) instituto de Direito Público mediante o qual os cidadãos têm participação direta na iniciativa da elaboração de leis.
- d) 1) direito, que assiste aos cidadãos de certos países,

de se pronunciarem diretamente, por meio do voto, sobre questões políticas, ou administrativas, impondo, sancionando, ou recusando leis ou projetos. É o mecanismo da democracia semi-direta pelo qual os cidadãos são convocados para se manifestar a respeito da conveniência, ou não, de medida já tomada pelos governantes; 2) instituto de Direito Público mediante o qual os cidadãos têm participação direta na iniciativa da elaboração de leis. 3) voto pelo qual, nos regimes democráticos, o povo se manifesta sobre a confiança ou desconfiança que lhe inspira a pessoa que detém o poder, ou a respeito de um ato dela emanado. É resolução submetida ao julgamento de um povo ou de uma classe, que a aprova ou rejeita, em votação geral, por meio de cédulas que exprimem simplesmente *sim* ou *não*.

- e) nenhuma das alternativas anteriores está correta.

Justificativa: \_\_\_\_\_

### Resposta b

*Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:*

- I - plebiscito;*
- II - referendo;*
- III - iniciativa popular.*

*Plebiscito: voto pelo qual, nos regimes democráticos, o povo se manifesta sobre a confiança ou desconfiança que lhe inspira a pessoa que detém o poder, ou a respeito de um ato dela emanado. É resolução submetida ao julgamento de um povo ou de uma classe, que a aprova ou rejeita, em votação geral, por meio de cédulas que exprimem simplesmente sim ou não.*

*Referendo: direito, que assiste aos cidadãos de certos países, de se pronunciarem diretamente, por meio do voto, sobre questões políticas, ou administrativas, impondo, sancionando, ou recusando leis ou projetos. É o mecanismo da democracia semi-direta pelo qual os cidadãos são convocados para se manifestar a respeito da conveniência, ou não, de medida já tomada pelos governantes.*

*Iniciativa Popular: Instituto de Direito Público mediante o qual os cidadãos têm participação direta na iniciativa da elaboração de leis.*

### Questão 2

Indique a alternativa CORRETA, ou seja, aquela que preenche as lacunas. O usucapião define-se como sendo a prescrição aquisitiva do direito de propriedade de coisa móvel ou imóvel. Conforme o artigo 183 da Constituição Federal, aquele que possuir como sua área urbana de até \_\_\_\_\_ metros quadrados, por \_\_\_\_\_, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

- a) 500 - 10 anos.
- b) 500 - 5 anos.
- c) 250 - 10 anos.
- d) 250 - 5 anos.
- e) 100 - 2 anos

**JUSTIFICATIVA:** \_\_\_\_\_

**Resposta d**

*Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.*

**Questão 3**

Indique a alternativa CORRETA. De acordo com o artigo 18 da Constituição Federal, a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição. Diz ainda que:

- I - Brasília é a Capital Federal.
  - II - Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar.
  - III - Os Estados não podem incorporar-se entre si, somente subdividir-se ou desmembrar-se, formando novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
  - IV - A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- a) todas as assertivas estão corretas.
  - b) somente uma assertiva está correta.
  - c) somente duas assertivas estão corretas.
  - d) somente três assertivas estão corretas.
  - e) todas as assertivas estão incorretas.

**JUSTIFICATIVA:** \_\_\_\_\_

**Resposta d**

*Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.*

*§ 1º - Brasília é a Capital Federal.*

*§ 2º - Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar.*

*§ 3º - Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.*

*§ 4º - A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade*

*Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.*

**Questão 4**

Indique a alternativa CORRETA. De acordo com o artigo 145 da Lei 8.112/90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos, da sindicância poderá resultar o arquivamento do processo, a aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias ou a instauração de processo disciplinar. O prazo para conclusão da sindicância não excederá:

- a) 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, a critério da autoridade superior.
- b) 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, a critério da autoridade superior.
- c) 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, a critério da autoridade superior.
- d) 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, a critério da autoridade superior.
- e) 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado por mais 20 (vinte) dias, a critério da autoridade superior.

**JUSTIFICATIVA:** \_\_\_\_\_

**Resposta a**

*Art. 145. Da sindicância poderá resultar:*

*I - arquivamento do processo;*

*II - aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias;*

*III - instauração de processo disciplinar.*

*Parágrafo único. O prazo para conclusão da sindicância não excederá 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade superior.*

**Questão 5**

Indique a alternativa CORRETA. De acordo com o artigo 145 da Lei 8.112/90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos, tipificada a infração disciplinar, será formulada a indicição do servidor, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas. Com isso:

- I - O indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, assegurando-se-lhe vista do processo na repartição.
- II - Havendo dois ou mais indiciados, o prazo será comum e de 20 (vinte) dias.
- III - O prazo de defesa poderá ser prorrogado pelo dobro, para diligências reputadas indispensáveis.
- IV - No caso de recusa do indiciado em apor o ciente na cópia da citação, o prazo para defesa contar-se-á da data declarada, em termo próprio, pelo membro da comissão que fez a citação, com a assinatura de (2) duas testemunhas.

Com relação às assertivas:

- a) nenhuma das assertivas está correta.
- b) apenas uma das assertivas está correta.
- c) apenas duas das assertivas estão corretas.
- d) apenas três das assertivas estão corretas.
- e) as quatro assertivas estão corretas.

**JUSTIFICATIVA:** \_\_\_\_\_

**Resposta e**

*Art. 161. Tipificada a infração disciplinar, será formulada a indicição do servidor, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas.*

*§ 1º - O indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, assegurando-se-lhe vista do processo na repartição.*

*§ 2º - Havendo dois ou mais indiciados, o prazo será comum e de 20 (vinte) dias.*

*§ 3º - O prazo de defesa poderá ser prorrogado pelo dobro, para diligências reputadas indispensáveis.*

*§ 4º - No caso de recusa do indiciado em apor o ciente na cópia da citação, o prazo para defesa contar-se-á da data declarada, em termo próprio, pelo membro da comissão que fez a citação, com a assinatura de (2) duas testemunhas.*

**Questão 6**

Indique a alternativa INCORRETA. De acordo com o artigo 55 da Lei 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, são cláusulas necessárias, entre outras, em todo contrato as que estabeleçam:

- a) o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
- b) os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso.
- c) as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, mesmo quando não exigidas.
- d) o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica.
- e) os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas.

**JUSTIFICATIVA:** \_\_\_\_\_

**Resposta c**

*Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:*

.....

*III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;*

*IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;*

*V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;*

*VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;*

*VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;*

**Questão 7**

Assinale a alternativa INCORRETA. De acordo com o artigo 149 do Código Tributário Nacional, o lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa nos seguintes casos:

- a) quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração nos termos da lei, deixe de atender, no prazo e na forma da legislação tributária, a pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recuse-se a prestá-lo ou não o preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade.
- b) quando a declaração não seja prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária.
- c) quando não houver lei, que assim o determine.
- d) quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior.
- e) quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação.

**JUSTIFICATIVA:** \_\_\_\_\_

**Resposta c**

*Art. 149. O lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa nos seguintes casos:*

*I - quando a lei assim o determine;*

*II - quando a declaração não seja prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária;*

*III - quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração nos termos do inciso anterior, deixe de atender, no prazo e na forma da legislação tributária, a pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recuse-se a prestá-lo ou não o preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade;*

*VII - quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação;*

*VIII - quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior.*

**Questão 8**

Com relação ao Crédito Tributário no Código Tributário Nacional, observe as seguintes proposições e verifique se cada uma delas é verdadeira (V) ou falsa (F). Em seguida, assinale a alternativa que ofereça a seqüência CORRETA.

**I -** Salvo disposição de lei em contrário, quando o valor tributário esteja expresso em moeda estrangeira, no lançamento far-se-á sua conversão em moeda nacional ao câmbio do dia da ocorrência do fato gerador da obrigação.

**II -** As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, ou as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluem sua exigibilidade não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.

**III -** Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

- a) V - V - V.



- b) V - V - F.
- c) V - F - V.
- d) V - F - F.
- e) F - V - V.

**JUSTIFICATIVA:** \_\_\_\_\_

**Resposta a**

*Art. 140. As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, ou as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluem sua exigibilidade não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.*

*Art. 142. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.*

*Parágrafo único. A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.*

*Art. 143. Salvo disposição de lei em contrário, quando o valor tributário esteja expresso em moeda estrangeira, no lançamento far-se-á sua conversão em moeda nacional ao câmbio do dia da ocorrência do fato gerador da obrigação.*

Questão 9

Assinale a alternativa INCORRETA. São competências do CONAMA:

- a) estabelecer, mediante proposta da SEMA, normas e critérios para o licenciamento de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras, a ser concedido pelos Estados e supervisionado pela SEMA;
- b) estabelecer, privativamente, normas e padrões nacionais de controle do impacto ambiental das atividades agropecuárias, de suinocultura e piscicultura, mediante audiência dos Ministérios competentes.
- c) decidir, como última instância administrativa em grau de recurso, mediante depósito prévio, sobre as multas e outras penalidades impostas pela SEMA;
- d) determinar, mediante representação da SEMA, a perda ou restrição de benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público, em caráter geral ou condicional, e a perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;
- e) determinar, quando julgar necessário, a realização de estudos das alternativas e das possíveis conseqüências ambientais de projetos públicos ou privados, requisitando aos órgãos federais, estaduais e municipais, bem como a entidades privadas, as informações indispensáveis ao exame da matéria.

**JUSTIFICATIVA:** \_\_\_\_\_

**Resposta b**

**Lei 6938/81**

*Art 8º - Incluir-se-ão entre as competências do CONAMA:*

*I - estabelecer, mediante proposta da SEMA, normas*

*e critérios para o licenciamento de atividades efetiva ou potencialmente poluídas, a ser concedido pelos Estados e supervisionado pela SEMA;*

*II - determinar, quando julgar necessário, a realização de estudos das alternativas e das possíveis conseqüências ambientais de projetos públicos ou privados, requisitando aos órgãos federais, estaduais e municipais, bem como a entidades privadas, as informações indispensáveis ao exame da matéria;*

*III - decidir, como última instância administrativa em grau de recurso, mediante depósito prévio, sobre as multas e outras penalidades impostas pela SEMA;*

*V - determinar, mediante representação da SEMA, a perda ou restrição de benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público, em caráter geral ou condicional, e a perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;*

*VI - estabelecer, privativamente, normas e padrões nacionais de controle da poluição por veículos automotores, aeronaves e embarcações, mediante audiência dos Ministérios competentes;*

*VII - estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente com vistas ao uso racional dos recursos ambientais, principalmente os hídricos.*

Questão 10

Assinale a alternativa CORRETA. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, será administrado por:

- a) 1 (um) Presidente, 1 (um) Vice-Presidente e 2 (dois) Diretores, designados em comissão pelo Presidente da República.
- b) 1 (um) Presidente e 4 (quatro) Diretores, designados em comissão pelo Presidente da República.
- c) 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente e 2 (dois) Diretores, sem a necessidade de designação.
- d) 1 (um) Presidente e 5 (cinco) Diretores, designados em comissão pelo governo do estado.
- e) 1 (um) Presidente e 5 (cinco) Diretores, designados em comissão pelo Presidente da República.

**JUSTIFICATIVA:** \_\_\_\_\_

**Resposta e**

**Lei 7735/89**

*Art. 3º - O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, será administrado por 1 (um) Presidente e 5 (cinco) Diretores, designados em comissão pelo Presidente da República.*

Questão 11

Indique a alternativa CORRETA. Os artigos 192 e 193 da Consolidação das Leis do Trabalho tratam, respectivamente, dos adicionais de insalubridade e periculosidade. Nessa ordem, os índices a serem pagos ao empregado são:

- a) 1) 50% (cinquenta por cento), 40% (quarenta por cento) e 20% (vinte por cento) do salário-mínimo, segundo se classifiquem nos graus máximo, médio e mínimo.
- 2) 50% (cinquenta por cento) sobre o salário sem os

acrécimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.

- b) 1) 50% (cinquenta por cento) sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa. 2) 50% (cinquenta por cento), 40% (quarenta por cento) e 20% (vinte por cento) do salário-mínimo, segundo se classifiquem nos graus máximo, médio e mínimo.
- c) 1) 40% (quarenta por cento), 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento) do salário-mínimo, segundo se classifiquem nos graus máximo, médio e mínimo. 2) 30% (trinta por cento) sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.
- d) 1) 30% (trinta por cento) sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa. 2) 40% (quarenta por cento), 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento) do salário-mínimo, segundo se classifiquem nos graus máximo, médio e mínimo.
- e) nenhuma das alternativas anteriores está correta.

**JUSTIFICATIVA:** \_\_\_\_\_

*Resposta c*

*Art. 192. O exercício de trabalho em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho, assegura a percepção de adicional respectivamente de 40% (quarenta por cento), 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento) do salário-mínimo da região, segundo se classifiquem nos graus máximo, médio e mínimo.*

*Art. 193. São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem o contato permanente com inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuado.*

*§ 1º - O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.*

*§ 2º - O empregado poderá optar pelo adicional de insalubridade que porventura lhe seja devido.*

Questão 12

Indique a alternativa CORRETA, ou seja, aquela que contém as informações que preenchem as lacunas corretamente. O artigo 853 da Consolidação das Leis do Trabalho trata da instauração do inquérito para apuração de falta grave, determinando que, para a sua instauração contra empregado garantido com estabilidade, o empregador apresentará reclamação por escrito ao órgão competente, dentro de \_\_\_\_\_, contados da \_\_\_\_\_.

- a) 30 dias - data da ocorrência que deu causa a suspensão do empregado.
- b) 30 dias - data da suspensão do empregado.
- c) 15 dias - data da demissão do empregado.
- d) 15 dias - data da ciência da ocorrência que deu causa a suspensão do empregado.
- e) 10 dias - data da ocorrência que deu causa a suspensão do empregado.

**JUSTIFICATIVA:** \_\_\_\_\_

**Resposta b**

*Art. 853. Para a instauração do inquérito para apuração de falta grave contra empregado garantido com estabilidade, o empregador apresentará reclamação por escrito à Junta ou Juízo de Direito, dentro de 30 (trinta) dias, contados da data da suspensão do empregado.*

Questão 13

Indique a alternativa CORRETA, apontando aquela que contém as informações que preenchem as lacunas corretamente. O Código de Processo Civil determina que é defeso às partes, ainda que todas estejam de acordo, reduzir ou prorrogar os prazos peremptórios. O juiz poderá, nas comarcas onde for difícil o transporte, prorrogar quaisquer prazos, mas nunca por mais de \_\_\_\_\_ dias, além disso, não havendo preceito legal nem assinação pelo juiz, será \_\_\_\_\_ dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.

- a) 30 (trinta) - 10 (dez).
- b) 30 (trinta) - 5 (cinco).
- c) 60 (sessenta) - 10 (dez).
- d) 60 (sessenta) - 5 (cinco).
- e) 90 (noventa) - 5 (cinco).

**JUSTIFICATIVA:** \_\_\_\_\_

**Resposta d**

*Art. 182. É defeso às partes, ainda que todas estejam de acordo, reduzir ou prorrogar os prazos peremptórios. O juiz poderá, nas comarcas onde for difícil o transporte, prorrogar quaisquer prazos, mas nunca por mais de 60 (sessenta) dias.*

*Art. 185. Não havendo preceito legal nem assinação pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.*

Questão 14

Indique a alternativa INCORRETA. De acordo com o artigo 17 do Código de Processo Civil, reputa-se litigante de má-fé aquele que, entre outras coisas:

- a) não deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso.
- b) interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório.
- c) opuser resistência injustificada ao andamento do processo.
- d) proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo.
- e) provocar incidentes manifestamente infundados.

**JUSTIFICATIVA:** \_\_\_\_\_

**Resposta a**

*Art. 17. Reputa-se litigante de má-fé aquele que:*  
*I - deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso.*

*II - alterar a verdade dos fatos.*

*III - usar do processo para conseguir objetivo ilegal.*

*IV - opuser resistência injustificada ao andamento do processo.*

V - proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo.

VI - provocar incidentes manifestamente infundados.

VII - interpor recurso com intuito manifestamente protelatório.

#### Questão 15

Indique a alternativa CORRETA. No que se refere à confissão, o Código de Processo Civil determina que:

- I - Não vale como confissão a admissão, em juízo, de fatos relativos a direitos indisponíveis.
  - II - Há confissão, quando a parte admite a verdade de um fato, contrário ao seu interesse e favorável ao adversário. A confissão é somente judicial.
  - III - A confissão, quando emanar de erro, dolo ou coação, pode ser revogada.
  - IV - A confissão é, de regra, indivisível, não podendo a parte, que a quiser invocar como prova, aceitá-la no tópico que a beneficiar e rejeitá-la no que lhe for desfavorável. Cindir-se-á, todavia, quando o confitente lhe aduzir fatos novos, suscetíveis de constituir fundamento de defesa de direito material ou de reconvenção.
- a) as quatro assertivas estão corretas.
  - b) as quatro assertivas estão incorretas.
  - c) existem somente três assertivas incorretas.
  - d) existem somente duas assertivas incorretas.
  - e) existe somente uma assertiva incorreta.

#### JUSTIFICATIVA:

##### Resposta e

Art. 348. Há confissão, quando a parte admite a verdade de um fato, contrário ao seu interesse e favorável ao adversário. A confissão é judicial ou extrajudicial.

Art. 351. Não vale como confissão a admissão, em juízo, de fatos relativos a direitos indisponíveis.

Art. 352. A confissão, quando emanar de erro, dolo ou coação, pode ser revogada:

I - por ação anulatória, se pendente o processo em que foi feita;

II - por ação rescisória, depois de transitada em julgado a sentença, da qual constituir o único fundamento.

Parágrafo único. Cabe ao confitente o direito de propor a ação, nos casos de que trata este artigo; mas, uma vez iniciada, passa aos seus herdeiros.

Art. 354. A confissão é, de regra, indivisível, não podendo a parte, que a quiser invocar como prova, aceitá-la no tópico que a beneficiar e rejeitá-la no que lhe for desfavorável. Cindir-se-á, todavia, quando o confitente lhe aduzir fatos novos, suscetíveis de constituir fundamento de defesa de direito material ou de reconvenção.

#### Questão 16

Indique a alternativa INCORRETA. De acordo com o Decreto-lei 4.657/42, a Lei de Introdução ao Código Civil - LICC, será executada no Brasil a sentença proferida no estrangeiro, que reúna os seguintes requisitos:

- a) haver sido proferida por juiz competente.
- b) terem sido as partes citadas ou haver-se verificado, independentemente de forma, à revelia.

c) ter passado em julgado e estar revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que, foi proferida.

d) estar traduzida por intérprete autorizado.

e) ter sido homologada pelo Supremo Tribunal Federal.

#### JUSTIFICATIVA:

##### Resposta b

Art. 15. Será executada no Brasil a sentença proferida no estrangeiro, que reúna os seguintes requisitos:

a) haver sido proferida por juiz competente;

b) terem sido as partes citadas ou haver-se legalmente verificado à revelia;

c) ter passado em julgado e estar revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que, foi proferida;

d) estar traduzida por intérprete autorizado;

e) ter sido homologada pelo Supremo Tribunal Federal.

#### Questão 17

Assinale a alternativa INCORRETA. Sobre as relações de parentesco:

- a) são parentes em linha reta as pessoas que estão umas para com as outras na relação de ascendentes e descendentes.
- b) são parentes em linha colateral ou transversal, até o quarto grau, as pessoas provenientes de um só tronco, sem descenderem uma da outra.
- c) o parentesco é natural ou de origem, conforme resulte de consangüinidade ou outra origem.
- d) contam-se, na linha reta, os graus de parentesco pelo número de gerações, e, na colateral, também pelo número delas, subindo de um dos parentes até ao ascendente comum, e descendo até encontrar o outro parente.
- e) cada cônjuge ou companheiro é aliado aos parentes do outro pelo vínculo da afinidade.

#### JUSTIFICATIVA:

##### Resposta c

Art. 1.591. São parentes em linha reta as pessoas que estão umas para com as outras na relação de ascendentes e descendentes.

Art. 1.592. São parentes em linha colateral ou transversal, até o quarto grau, as pessoas provenientes de um só tronco, sem descenderem uma da outra.

Art. 1.593. O parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consangüinidade ou outra origem.

Art. 1.594. Contam-se, na linha reta, os graus de parentesco pelo número de gerações, e, na colateral, também pelo número delas, subindo de um dos parentes até ao ascendente comum, e descendo até encontrar o outro parente.

Art. 1.595. Cada cônjuge ou companheiro é aliado aos parentes do outro pelo vínculo da afinidade.

#### Questão 18

Indique a alternativa INCORRETA. De acordo com o Código Civil, não ocorre prescrição:

- a) entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal; entre ascendentes e descendentes, durante



- o poder familiar.
- b) entre tutelados ou curatelados e seus tutores ou curadores, durante a tutela ou curatela; pendendo condição suspensiva.
- c) contra os ausentes do País em serviço público da União, dos Estados ou dos Municípios; não estando vencido o prazo.
- d) contra os que se acharem servindo nas Forças Armadas, em tempo de guerra; pendendo ação de evicção.
- e) todas as alternativas anteriores estão incorretas.

**JUSTIFICATIVA:** \_\_\_\_\_

**Resposta e**

*Art. 197. Não corre a prescrição:*

*I - entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal;*

*II - entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar;*

*III - entre tutelados ou curatelados e seus tutores ou curadores, durante a tutela ou curatela.*

*Art. 198. Também não corre a prescrição:*

*I - contra os incapazes de que trata o art. 3º;*

*II - contra os ausentes do País em serviço público da União, dos Estados ou dos Municípios;*

*III - contra os que se acharem servindo nas Forças Armadas, em tempo de guerra.*

*Art. 199. Não corre igualmente a prescrição:*

*I - pendendo condição suspensiva;*

*II - não estando vencido o prazo;*

*III - pendendo ação de evicção.*

**Questão 19**

Com base no Decreto-lei 2.848/40, Código Penal, indique a alternativa CORRETA:

- a) salvo disposição expressa em contrário, o ofendido decai do direito de queixa ou de representação se não o exerce dentro do prazo de 6 (seis) meses, contado do dia em que veio a saber quem é o autor do crime, e o direito de queixa não pode ser exercido quando renunciado expressa ou tacitamente.
- b) salvo disposição expressa em contrário, o ofendido decai do direito de queixa ou de representação se não o exerce dentro do prazo de 12 (doze) meses, contado do dia em que veio a saber quem é o autor do crime, e o direito de queixa não pode ser exercido quando renunciado expressa ou tacitamente.
- c) salvo disposição expressa em contrário, o ofendido decai do direito de queixa ou de representação se não o exerce dentro do prazo de 6 (seis) meses, contado do dia em que veio a saber quem é o autor do crime, e o direito de queixa pode ser exercido mesmo depois de renunciado expressa ou tacitamente.
- d) salvo disposição expressa em contrário, o ofendido decai do direito de queixa ou de representação se não o exerce dentro do prazo de 12 (doze) meses, contado do dia em que veio a saber quem é o autor do crime, e o direito de queixa pode ser exercido mesmo quando renunciado expressa ou tacitamente.
- e) mesmo com disposição expressa em contrário, o ofendido decai do direito de queixa ou de representação se não o exerce dentro do prazo de 12 (doze) meses, contado do dia em que veio a saber quem é o autor do

crime, e o direito de queixa não pode ser exercido quando renunciado expressa ou tacitamente.

**JUSTIFICATIVA:** \_\_\_\_\_

**Resposta a**

*Art. 103. Salvo disposição expressa em contrário, o ofendido decai do direito de queixa ou de representação se não o exerce dentro do prazo de 6 (seis) meses, contado do dia em que veio a saber quem é o autor do crime, ou, no caso do § 3º do art. 100 deste Código, do dia em que se esgota o prazo para oferecimento da denúncia.*

*Art. 104. O direito de queixa não pode ser exercido quando renunciado expressa ou tacitamente.*

*Parágrafo único. Importa renúncia tácita ao direito de queixa a prática de ato incompatível com a vontade de exercê-lo; não a implica, todavia, o fato de receber o ofendido a indenização do dano causado pelo crime.*

**Questão 20**

Com base no Decreto-lei 2.848/40, Código Penal, indique a alternativa INCORRETA. Sobre o erro:

- a) o erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposo, se previsto em lei.
- b) é isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima. Não há isenção de pena quando o erro deriva de culpa e o fato é punível como crime culposo.
- c) o erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado não isenta de pena. Não se consideram, neste caso, as condições ou qualidades da vítima, senão as da pessoa contra quem o agente queria praticar o crime.
- d) o desconhecimento da lei é inescusável. O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço.
- e) todas as alternativas estão incorretas.

**JUSTIFICATIVA:** \_\_\_\_\_

**Resposta e**

*Art. 20. O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposo, se previsto em lei.*

*§ 1º - É isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima. Não há isenção de pena quando o erro deriva de culpa e o fato é punível como crime culposo.*

*§ 2º - Responde pelo crime o terceiro que determina o erro.*

*§ 3º - O erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado não isenta de pena. Não se consideram, neste caso, as condições ou qualidades da vítima, senão as da pessoa contra quem o agente queria praticar o crime.*

*Art. 21. O desconhecimento da lei é inescusável. O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço.*

*Parágrafo único. Considera-se evitável o erro se o agente atua ou se omite sem a consciência da ilicitude do fato, quando lhe era possível, nas circunstâncias, ter ou atingir essa consciência.*

### Questão 21

Indique a alternativa INCORRETA. Com relação ao nome empresarial, determina o Código Civil:

- a) a sociedade cooperativa funciona sob denominação integrada pelo vocábulo “cooperativa”.
- b) a sociedade anônima opera sob denominação designativa do objeto social, integrada pelas expressões “sociedade anônima” ou “companhia”, por extenso ou abreviadamente.
- c) a sociedade em comandita por ações pode, em lugar de firma, adotar denominação designativa do objeto social, aditada da expressão “comandita por ações”.
- d) o nome de empresário deve distinguir-se de qualquer outro já inscrito no mesmo registro. Em determinadas situações, mesmo se o empresário não tiver nome idêntico ao de outros já inscritos, deverá acrescentar designação que o distinga.
- e) a sociedade em conta de participação não pode ter firma ou denominação.

### JUSTIFICATIVA:

#### Resposta d

Art. 1.159. *A sociedade cooperativa funciona sob denominação integrada pelo vocábulo “cooperativa”.*

Art. 1.160. *A sociedade anônima opera sob denominação designativa do objeto social, integrada pelas expressões “sociedade anônima” ou “companhia”, por extenso ou abreviadamente.*

Art. 1.161. *A sociedade em comandita por ações pode, em lugar de firma, adotar denominação designativa do objeto social, aditada da expressão “comandita por ações”.*

Art. 1.162. *A sociedade em conta de participação não pode ter firma ou denominação.*

Art. 1.163. *O nome de empresário deve distinguir-se de qualquer outro já inscrito no mesmo registro.*

*Parágrafo único. Se o empresário tiver nome idêntico ao de outros já inscritos, deverá acrescentar designação que o distinga.*

### Questão 22

Indique a alternativa CORRETA. Com relação ao contrato de compra e venda:

- a) a compra e venda não pode ter por objeto coisa futura. Neste caso, ficando sem efeito o contrato, mesmo se a intenção das partes era de concluir contrato aleatório.
- b) a fixação do preço não pode ser deixada ao arbítrio de terceiro. Se o terceiro aceitar a incumbência, ficará sem efeito o contrato.
- c) sempre ficarão as despesas de escritura e registro a cargo do comprador, e a cargo do vendedor as da tradição.
- d) não se poderá deixar a fixação do preço à taxa de mercado ou de bolsa, em certo e determinado dia e lugar.
- e) é lícito às partes fixar o preço em função de índices ou parâmetros, desde que suscetíveis de objetiva determinação.

### JUSTIFICATIVA:

#### Resposta e

Art. 483. *A compra e venda pode ter por objeto coisa atual ou futura. Neste caso, ficará sem efeito o contrato se esta não vier a existir, salvo se a intenção das partes*

*era de concluir contrato aleatório.*

Art. 485. *A fixação do preço pode ser deixada ao arbítrio de terceiro, que os contratantes logo designarem ou prometerem designar. Se o terceiro não aceitar a incumbência, ficará sem efeito o contrato, salvo quando acordarem os contratantes designar outra pessoa.*

Art. 486. *Também se poderá deixar a fixação do preço à taxa de mercado ou de bolsa, em certo e determinado dia e lugar.*

Art. 487. *É lícito às partes fixar o preço em função de índices ou parâmetros, desde que suscetíveis de objetiva determinação.*

Art. 490. *Salvo cláusula em contrário, ficarão as despesas de escritura e registro a cargo do comprador, e a cargo do vendedor as da tradição.*

### Questão 23

Com base na Lei complementar 101/00, assinale a alternativa INCORRETA. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

- a) no caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.
- b) no prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.
- c) não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.
- d) até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.
- e) serão objeto de limitação, as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, bem como as destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

### JUSTIFICATIVA:

#### Resposta e

Lei Complementar 101/00

Art. 9º: *Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes*



necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º - No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

§ 2º - Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3º - No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no caput, é o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias. (Vide ADIN 2.238-5)

§ 4º - Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

§ 5º - No prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.

#### Questão 24

Assinale a alternativa INCORRETA. Segundo a Lei Ordinária 2.180/54, em seu artigo 11, parágrafo único, ficam equiparados ao conceito de embarcação:

- os artefatos flutuantes de habitual locomoção em seu emprego.
- as embarcações utilizadas na praticagem, no transporte não remunerado e nas atividades religiosas, científicas, beneficentes, recreativas e desportivas.
- as aeronaves, sempre que em flutuação ou sobrevôo.
- as da Marinha de Guerra, quando utilizadas total ou parcialmente no transporte remunerado de passageiros ou cargas.
- as empregadas no serviço público, exceto as da Marinha de Guerra.

**JUSTIFICATIVA:** \_\_\_\_\_

**Resposta c**

Art. 11. Considera-se embarcação mercante toda construção utilizada como meio de transporte por água, e destinada à indústria da navegação, quaisquer que sejam as suas características e lugar de tráfego.

Parágrafo único. Ficam-lhe equiparados:

- os artefatos flutuantes de habitual locomoção em seu emprego;
- as embarcações utilizadas na praticagem, no transporte não remunerado e nas atividades religiosas, científicas, beneficentes, recreativas e desportivas;
- as empregadas no serviço público, exceto as da Marinha de Guerra;

d) as da Marinha de Guerra, quando utilizadas total ou parcialmente no transporte remunerado de passageiros ou cargas;

e) as aeronaves durante a flutuação ou em vôo, desde que colidam ou atentem de qualquer maneira contra embarcações mercantes.

f) os navios de Estados estrangeiros utilizados para fins comerciais.

#### Questão 25

Assinale a alternativa CORRETA. A Lei 9.432/97, estabelece em seu artigo 4º, que nas embarcações de bandeira brasileira serão necessariamente brasileiros:

- o comandante, o chefe de máquinas e um terço da tripulação.
- o comandante, o chefe de máquinas e dois terços da tripulação.
- o comandante, o chefe de máquinas e toda a tripulação.
- o comandante, o imediato e dois terços da tripulação.
- o comandante, o chefe e subchefe de máquinas e dois terços da tripulação.

**JUSTIFICATIVA:** \_\_\_\_\_

**Resposta b**

**Lei 9432/97**

Art. 4º - Nas embarcações de bandeira brasileira serão necessariamente brasileiros o comandante, o chefe de máquinas e dois terços da tripulação.

### RACIOCÍNIO LÓGICO

#### Questão 26

Quatro amigos vão a um jogo de futebol e um deles resolve entrar sem pagar pulando o muro. Aparece então um policial que quer saber qual deles entrou sem pagar.

- Eu não fui, diz João.
- Foi o Carlos, diz o Marcos.
- Foi o Pedro, diz o Carlos.
- O Marcos não tem razão, diz o Pedro.

Só um deles mentiu. Quem não pagou a entrada do jogo ?

- Marcos
- Pedro
- João
- Carlos
- não é possível saber, pois faltam dados

**JUSTIFICATIVA:** \_\_\_\_\_

**Resp. B.-** Marcos e Carlos não podem ter ambos dito a verdade, pois somente um entrou sem pagar. Se Marcos não falou a verdade, então o que Carlos disse é verdadeiro, o que Pedro disse é verdadeiro e o que João disse é verdadeiro. Disso se conclui que Pedro entrou sem pagar (Se Marcos disse a verdade, Carlos não disse e Pedro disse, o que é contraditório).

Questão 27

Um time de futebol ganhou 6 jogos mais do que perdeu e empatou 5 jogos menos do que ganhou, em 37 partidas jogadas. Quantas partidas o time venceu?

- a) 12
- b) 14
- c) 16
- d) 18
- e) 20

**JUSTIFICATIVA:** \_\_\_\_\_

**Resposta C**

Solução: ganhou  $x$ , empatou  $y$ , perdeu  $z$  :

$$x + y + z = 37, \quad z = x - 6, \quad y = x - 5, \text{ substituindo}$$

teremos:

$$x + x - 5 + x - 6 = 37, \quad 3x = 37 + 11, \quad x = 16$$

Questão 28

Foram entrevistadas 66 pessoas para uma pesquisa sobre uso de sabonetes. 40 pessoas usam o sabonete da marca A e 30 o sabonete da marca B. Quantas pessoas usam os dois sabonetes ?

- a) 2
- b) 4
- c) 6
- d) 8
- e) 10

**JUSTIFICATIVA:** \_\_\_\_\_

**Resposta B**

$$\text{Solução: } 40 + 30 - 66 = 4$$

Questão 29

Após muita economia, "Seu José" conseguiu, finalmente, comprar seu carro zero. No momento da escolha da placa do carro, devido ao rodízio, o vendedor pediu que ele escolhesse apenas o último algarismo, e "Seu José" escolheu o algarismo 5. A placa de seu carro possui 2 vogais distintas e 4 algarismos distintos. Com base nas informações, quantas opções de placas diferentes "Seu José" teve ?

- a) 10080
- b) 12 600
- c) 14 400
- d) 60 480
- e) 72 000

**JUSTIFICATIVA:** \_\_\_\_\_

**Resposta A**

Solução: 2 vogais  $5 \times 4 = 20$ , como o final da placa é 5 sobram 3 números  $9 \times 8 \times 7 = 504$ , juntando temos.

$$5 \times 4 \times 9 \times 8 \times 7 \times 1 = 10\ 080$$

Questão 30

Quatro ônibus partem da mesma rodoviária :

- O primeiro de 2 em 2 dias
- O segundo de 3 em 3 dias
- O terceiro de 4 em 4 dias

- O quarto de 5 em 5 dias

Se eles partiram juntos hoje, após quantos dias os ônibus partirão juntos novamente ?

- a) 15 dias
- b) 20 dias
- c) 35 dias
- d) 45 dias
- e) 60 dias

**JUSTIFICATIVA:** \_\_\_\_\_

**Resposta E**

$$\text{Solução: } \text{mmc} (2, 3, 4, 5) = 60$$

Questão 31

Mesmo com um número de gols próximo do líder do campeonato o time do Campinense não consegue sair da zona de rebaixamento da série B do brasileiro 2009. Até a 24ª rodada o time do Campinense havia marcado 36 gols, o que representa  $\frac{2}{39}$  do total de gols marcados no campeonato. Com base nas informações podemos afirmar que o total de gols marcados no campeonato, até a 24ª rodada foi de:

- a) 72
- b) 144
- c) 702
- d) 1053
- e) 1404

**JUSTIFICATIVA:** \_\_\_\_\_

**Resposta C**

Solução:

$$\frac{2}{39} x = 36 \longrightarrow 2x = 36 \cdot 39 \longrightarrow 2x = 1404 \longrightarrow x = 702$$

Questão 32

Complete as lacunas com positivo ou negativo:

- I - Se  $a$  e  $b$  são números inteiros positivos, o produto  $a \times b$  é um número inteiro \_\_\_\_\_
- II - Se  $a$  é um número inteiro positivo e  $b$  é um número inteiro negativo, o produto  $a \times b$  é um número inteiro \_\_\_\_\_
- III - Se  $a$  e  $b$  são números inteiros negativos, o produto  $a \times b$  é um número inteiro \_\_\_\_\_

A seqüência correta para os itens I, II e III são, respectivamente :

- a) positivo, negativo, positivo
- b) positivo, negativo, negativo
- c) positivo, positivo, negativo
- d) negativo, negativo, positivo
- e) negativo, positivo, negativo

**JUSTIFICATIVA:** \_\_\_\_\_

**Resposta A**

$$\text{Solução: I- } (+ \cdot + = +) ; \text{ II- } (+ \cdot - = -) ; \text{ III- } (- \cdot - = +)$$

**Questão 33**

Seja x o maior número inteiro de 4 algarismos que é divisível por 21 e y o menor número inteiro positivo de 4 algarismos que é divisível por 13. A diferença x e y é um número

- a) primo.
- b) múltiplo de 6.
- c) menor que 5000.
- d) quadrado perfeito.
- e) divisível por 5.

**JUSTIFICATIVA:** \_\_\_\_\_

**Resposta E**

**Solução:**

x = Maior número de 4 algarismos divisível por 21 é o 9996

Y = Menor número de 4 algarismo divisível por 13 é o 1001

X - y = 9996 - 1001 = 8 995 , 8995 : 5 = 1799 , portanto divisível por 5

**Questão 34**

Um prêmio da Mega Sena saiu para dois cartões, um de São Paulo e outro do Rio Grande do Sul . Em São Paulo, o cartão era de 6 apostadores, tendo cada um contribuído com a mesma importância para a aposta. A fração do prêmio total, que cada apostador de São Paulo receberá, é:

- a)  $\frac{1}{6}$
- b)  $\frac{1}{9}$
- c)  $\frac{1}{10}$
- d)  $\frac{1}{11}$
- e)  $\frac{1}{12}$

**JUSTIFICATIVA:** \_\_\_\_\_

**Resposta E**



São Paulo      Rio Grande do Sul

Como em São Paulo temos 6 ganhadores , cada um fica com 1 parte em 12 do total

**Questão 35**

O jornal de domingo de uma região anuncia que dentro de 102 dias a maior empresa de sapatos da cidade irá fechar suas portas . Que dia da semana acontecerá o fechamento desta empresa?

- a) domingo
- b) segunda-feira
- c) terça-feira
- d) quarta-feira
- e) quinta-feira

**JUSTIFICATIVA:** \_\_\_\_\_

**Resposta E**

**Solução:** 102 : 7 = 14 e resto = 4 , domingo mais 4

dias cai em uma quinta-feira

**Questão 36**

Augusto pensou que seu relógio estava atrasado 15 min e o acertou, mas na verdade o relógio estava adiantado 10 min. Carlos pensou que seu relógio estava adiantado 5 min e o acertou, mas na verdade o relógio estava atrasado 10 min. Logo depois, os dois se encontraram, quando o relógio de Augusto marcava 8 horas. Neste momento, que horas o relógio de Carlos indicava?

- a) 7h 20min
- b) 7h 50min
- c) 8h 15min
- d) 8h 40min
- e) 9h

**JUSTIFICATIVA:** \_\_\_\_\_

**Resposta A**

**Solução:**

Augusto pensou que estava atrasado e adiantou (+ 15 min ) , como o relógio estava adiantado 10 min , o relógio ficou adiantado 25min.

Carlos pensou que estava adiantado e atrasou (- 5 min ) , como o relógio estava atrasado 10 min , o relógio ficou atrasado ( - 15 min ) , portanto , uma diferença de 40 min a mais no relógio de Augusto.

Portanto , Augusto 8 horas e Carlos 7h 20 min

**Questão 37**

A adição abaixo está **incorreta**. Entretanto, se substituirmos *somente* um certo algarismo x, toda vez que ele aparece, por um certo algarismo y, a conta fica **correta**. Qual é o valor de  $2x^y$  ?

$$\begin{array}{r} 0742165 \\ 2147216 \\ \hline 0890481 \end{array}$$

- a) 6
- b) 8
- c) 12
- d) 16
- e) 32

**JUSTIFICATIVA:** \_\_\_\_\_

**Resposta D**

**Solução:** No lugar de x = 2 deveria aparecer o y = 3 .substituindo, temos :  $2.2^3 = 16$

**Questão 38**

Observe as multiplicações a seguir:

$$\begin{array}{l} 12\ 345\ 679 \times 18 = 222\ 222\ 222 \\ 12\ 345\ 679 \times 27 = 333\ 333\ 333 \\ 12\ 345\ 679 \times 45 = 555\ 555\ 555 \end{array}$$

Para obter 888 888 888 devemos multiplicar 12 345 679 por:



- a) 29
- b) 99
- c) 72
- d) 41
- e) 81

**JUSTIFICATIVA:** \_\_\_\_\_

**Resposta C**

*Solução:*  $12\ 345\ 679 \times 72 = 888\ 888\ 888$

**Questão 39**

A soma de dois números é 50. Se um deles for x, o outro será:

- a) 50x
- b) 50 - x
- c)  $\frac{50}{x}$
- d) x - 50
- e) 50 + x

**JUSTIFICATIVA:** \_\_\_\_\_

**Resposta B**

*Solução:*  $x + y = 50$  ,  $y = 50 - x$

**Questão 40**

João e Pedro tem juntos R\$ 15 000,00. João tem o triplo de Pedro. Quanto tem Pedro?

- a) R\$ 3750,00
- b) R\$ 5550,00
- c) R\$ 7500,00
- d) R\$ 11250,00
- e) R\$ 12 500,00

**JUSTIFICATIVA:** \_\_\_\_\_

**Resposta D**

*Solução:* Tomando, João = x e Pedro = y, temos:  
 $x + y = 15\ 000$  ,  $x = 3y$  ,  $3y + y = 15\ 000$  ,  $4y = 15\ 000$  ,  
 $y = R\$ 3\ 750,00$  ,  $x = 3.3750$  ,  $x = R\$ 11\ 250,00$

**LÍNGUA PORTUGUESA**

As questões de números 41 a 43 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

**FICOU PELA METADE**

Depois de muito protelar, o governo finalmente anunciou as novas regras para a caderneta de poupança. Uma alíquota única de imposto de renda, de 22,5%, vai incidir sobre as cadernetas com saldo superior a 50 000 reais. A taxa será feita sobre o valor que exceder esse patamar. Se for aprovada, a mudança valerá a partir de janeiro de 2010. Atingirá apenas 1% das contas, que representam mais de 40% do volume de recursos da poupança, hoje superiores a 282 bilhões de reais. Mesmo deixando de fora a esmagadora maioria dos poupadores, as novas regras não têm apoio nem da base

aliada. É mesmo uma decisão política difícil mexer no investimento mais popular do Brasil, mas não havia como escapar.

O objetivo da mudança é recuperar o fôlego dos fundos de investimento, que perderam atratividade para a poupança com a queda dos juros. Zelar pela saúde dos fundos é importante porque eles são grandes compradores de títulos públicos, papéis com os quais o governo capta recursos e rola sua dívida sem emitir dinheiro nem produzir inflação. Essa harmonia fica ameaçada se as cadernetas competirem com os fundos. Além de criar dificuldades para o país financiar sua dívida, uma enxurrada de depósitos na poupança concentraria recursos em financiamento imobiliário, no qual os bancos são obrigados a aplicar 65% dos depósitos. Isso acarretaria escassez de crédito em outros setores, pressionando os juros novamente para cima.

O problema é que o governo não mexeu no principal. As cadernetas são atraentes porque têm rendimentos fixados por lei. Essa regra foi criada num período de inflação descontrolada, e servia não só para proteger o pequeno poupador, mas para incentivar o crédito imobiliário. Agora isso não faz mais sentido, mas optou-se por não corrigir essa distorção. E o motivo está nas eleições do ano que vem. "O governo preferiu empurrar com a barriga. Criou uma medida transitória, para evitar o desgaste político de mexer na caderneta", diz o professor Alexandre Assaf Neto, da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras, ligada à USP. Na avaliação dos especialistas, existe outro problema. A taxa é insuficiente para tornar a caderneta menos atraente que os fundos. Dependendo da taxa de administração cobrada pelos bancos, ela pode continuar oferecendo rendimento melhor. (Veja, 23 de set. 2009)

**Questão 41**

Indique a quantidade de itens corretos de acordo com o texto.

- I. A partir de janeiro de 2010, todas as poupanças com valor superior a 50 mil reais serão taxadas em 22,5%.
  - II. Tanto a base aliada como a oposição aprovaram a taxa.
  - III. Com a queda dos juros, os fundos de investimento tornaram-se mais atrativos do que as cadernetas de poupança.
  - IV. Para Alexandre Assif Neto, dependendo da taxa de administração cobrada pelos bancos, a caderneta de poupança poderá continuar oferecendo rendimento melhor do que o dos fundos de investimento.
  - V. Os rendimentos dos fundos de investimento são fixados por lei.
- a) nenhum
  - b) um
  - c) dois
  - d) três
  - e) mais de três

**JUSTIFICATIVA:** \_\_\_\_\_

**Resposta A**

*I. incorreta - A proposta ainda não foi aprovada e caso seja a taxa será aplicada para o saldo que exceder aos 50 mil reais; II. incorreta - Leia-se: "as novas regras não têm apoio nem da base aliada"; III. incorreta - o inverso é verdadeiro; IV. incorreta - Segundo o texto,*

analistas fizeram tal previsão; V. **incorreta** - Os rendimentos fixados por lei são os da poupança.

#### Questão 42

Assinale a alternativa em que foi empregada a linguagem denotativa.

- “O objetivo da mudança é recuperar o fôlego dos fundos de investimento.”
- “O governo preferiu empurrar com a barriga.”
- “O governo finalmente anunciou as novas regras para a caderneta de poupança.”
- “Zelar pela saúde dos fundos é importante porque eles são grandes compradores de títulos públicos.”
- “Uma enxurrada de depósitos na poupança concentraria recursos em financiamento imobiliário.”

#### JUSTIFICATIVA:

##### Resposta C

A linguagem denotativa (sentido próprio) é a propriedade que possui uma palavra de limitar-se a seu primeiro significado.

As demais alternativas apresentaram sentido figurado ou conotativo.

#### Questão 43

Assinale a alternativa em que as três palavras possuem regras distintas de acentuação.

- alíquota, política, fôlego
- será, valerá, está
- dívida, crédito, período
- além, saúde, têm
- papéis, transitória, imobiliário

#### JUSTIFICATIVA:

##### Resposta D

Justificativa:

**além** - oxítona terminada em “em”, **saúde** - hiato; **têm** - acento diferencial, em oposição a tem (terceira pessoa do singular)

Demais alternativas:

a) **todas proparoxítonas**; b) **todas oxítonas terminadas em “a”**; c) **todas proparoxítonas**; e) **papéis** - ditongo aberto em “éi”, seguida de “s”, **transitória** e **imobiliário** - paroxítonas terminadas em ditongo.

#### Questão 44

“As cadernetas são atraentes porque têm rendimentos fixados por lei”. Aponte a alternativa em que se deveria empregar a mesma grafia do termo em destaque.

- Ainda não se sabe o porque da impunidade do jornalista que matou a namorada.
- Porque o ministro ainda não foi demitido do cargo?
- Querem me convencer de sua inocência porque?
- Porque estudaram pouco, não obtiveram boa colocação no concurso do DERSA.
- Não sei porque a cotação do dólar tem caído nos últimos meses.

#### JUSTIFICATIVA:

##### Resposta D

**porque** - resposta a perguntas. Observe a frase na ordem direta: Não obtiveram boa colocação no concurso do DERSA porque estudaram pouco.

Demais alternativas: a) **porquê** - equivale a um substantivo e vem antecedido por artigo; b) **Por que** - início de frase interrogativa; c) **por quê** - final de frases, sem determinante; e) **por que** - equivale a motivo ou razão.

#### Questão 45

Assinale a alternativa em que a forma verbal está de acordo com o que preceitua a norma culta.

- O comportamento hostil dos policiais não se adéquam às suas reivindicações.
- Os contratos administrativos vigeram até meados do mês passado.
- Jéssica entreviu e deu parecer favorável aos invasores do MST.
- Romualdo proviu a casa de mantimentos até o final da estação.
- Não ouve discernimento suficiente por parte do presidente do partido.

#### JUSTIFICATIVA:

##### Resposta B

a) o verbo *adequar* é defectivo (não é empregado em todos os tempos ou pessoas). No presente do indicativo, possui apenas a 1ª e 2ª pessoas do plural. Deve ser substituído por sinônimo, como por exemplo: não se **adaptam**; c) **entrevio**; d) **proveu**; e) **houve** (verbo haver), ouve - verbo ouvir.

#### Questão 46

Em que alternativa o termo sublinhado **não** pode ser classificado como complemento nominal?

- Karina tinha certeza da aprovação.
- Sua residência é perto do shopping.
- Com as chuvas, as estradas ficaram cobertas de lama.
- O povo estava descontente com o governo.
- A medicação receitada pelo médico foi prejudicial ao organismo.

#### JUSTIFICATIVA:

##### Resposta C

**de lama** - agente da passiva (ação verbal expressa em voz passiva analítica)

#### Questão 47

Assinale a alternativa correta quanto à concordância.

- Existe, em todas as regras gramaticais, muitas exceções.
- Coube aos professores e aos alunos as indicações da nova diretoria.
- Devem haver muitos advogados preocupados com a prova de Língua Portuguesa.
- Tais pensamentos não provém de falta de vontade política.
- Trata-se de muitas interpretações e comentários infundados.

**JUSTIFICATIVA:** \_\_\_\_\_

**Resposta E**

O verbo **tratar** é transitivo indireto, o pronome “se” funciona como índice de indeterminação do sujeito (o verbo deve ficar na 3ª pessoa do singular).

Demais alternativas: a) **Existem** - concordância com o sujeito “muitas exceções”; b) **couberam** - concordância com o sujeito “as indicações da nova diretoria”; c) **Deve haver** - nas locuções verbais, o verbo *haver* quando impessoal (3ª pessoa do singular), transmite a impessoalidade a seu auxiliar; d) **provêm** - concordância com o sujeito “tais pensamentos”.

**Questão 48**

Aponte a alternativa em que o acento grave, indicador da crase, foi empregado com pertinência.

- a) Paula referiu-se à uma ideia antiga, que a atormentava constantemente.
- b) Homero trabalhava de segunda a sábado, das 9h às 18h.
- c) Os cartões informativos foram enviados à cada um dos quinze mil inscritos.
- d) Madalena andava à esmo pelas ruas, a procura de algo ou alguém.
- e) Ricardo chegou a pouco, as escondidas, com receio dos atos que praticou.

**JUSTIFICATIVA:** \_\_\_\_\_

**Resposta B**

Segunda **a** sábado - somente preposição; das 9h às 18h - em horas determinadas o acento grave obrigatório.

Demais alternativas: a) referiu-se **a uma** ideia - diante de artigo indefinido existe apenas preposição; c) enviados **a cada um** - apenas preposição diante do pronome “cada”; d) **à procura** de - acento grave obrigatório diante de locução prepositiva feminina; e) chegou **há pouco** - ação no passado requer o verbo *haver*, **às escondidas** - locução adverbial feminina.

**Questão 49**

Analise as frases a seguir e indique a quantidade de itens corretos quanto à pontuação.

- I. Os carteiros, que concordam com a greve, querem reposição salarial.
  - II. Com a chegada da primavera, acredita-se que haverá diminuição nos casos da gripe suína.
  - III. Os pais, que ganham salário mínimo, não têm condições de colocar os filhos em escolas particulares.
  - IV. Tal gesto, surpreendeu a todos os políticos presentes.
  - V. Pediu outrossim, novas provas de sua lealdade.
- a) todos corretos
  - b) todos incorretos
  - c) corretos os itens I, III e V
  - d) corretos os itens I, III e IV
  - e) corretos os itens I, II e III

**JUSTIFICATIVA:** \_\_\_\_\_

**Resposta E**

I. **correto** - oração subordinada adjetiva explicativa,

acompanhada por um par de vírgulas; II. **correto** - vírgula empregada para isolar locução adverbial; III. **correto** - oração subordinada adjetiva explicativa, acompanhada por um par de vírgulas; IV. **incorreto** - não se separa o sujeito do verbo por vírgulas; V. **incorreto** - não se separa o verbo de seu complemento por vírgulas. Poder-se-ia isolar o vocábulo “outrossim” com um par de vírgulas.

**Questão 50**

Assinale a alternativa **incorreta** em relação à redação e às correspondências oficiais.

- a) Excluídas as comunicações assinadas pelo Presidente da República, pelos Senadores e pelo presidente da Câmara dos Deputados todas as demais comunicações oficiais devem trazer o nome e o cargo da autoridade que as expede, abaixo do local de sua assinatura.
- b) Memorando é a modalidade de comunicação entre unidades administrativas de um mesmo órgão, que podem estar hierarquicamente em mesmo nível ou em níveis diferentes.
- c) Circular é a correspondência oficial de igual teor, expedida por dirigentes de órgãos e entidades e chefes de unidades da Administração do Distrito Federal a vários destinatários.
- d) A redação oficial deve ser caracterizada pela impessoalidade, pelo uso do padrão culto de linguagem, pela clareza, pela concisão, pela formalidade e pela uniformidade.
- e) O aviso, o ofício e o memorando devem conter, dentre outras, as seguintes partes: tipo e número do expediente, local e data, assunto e destinatário.

**JUSTIFICATIVA:** \_\_\_\_\_

**Resposta A**

Regra válida apenas para as comunicações assinadas pelo Presidente da República.